

Crédito japonês ingressará em 90

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Os cerca de US\$ 500 milhões que o governo japonês, através de acordo por troca de notas que deverá ser assinado nesta sexta-feira, em Brasília, concederá a quatro projetos brasileiros não deverão ingressar no País ainda neste ano, pois a liberação dos recursos dependerá da assinatura de contratos específicos entre os mutuários internos e o Overseas Economic Coopertion Fund (OECF).

Sérgio Amaral, secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, disse a este jornal que ainda não sabe se os japoneses exigirão entendimentos com o FMI para liberar os créditos da OECF e que esse assunto fará parte de uma nova etapa nas negociações.

“O positivo é que o Japão

continue no processo negociador mesmo que o Fundo Nakasone tenha como prerrogativa a necessidade de acordo com o FMI”, acrescentou Amaral. O Brasil ainda não assinou seu acordo com o FMI que, neste momento, continua a conversar com Brasília e sobretudo a acompanhar a tramitação do orçamento de 1990 no Congresso. O novo orçamento será o pilar em torno do qual Brasília espera assinar um acordo de curto prazo com o Fundo Monetário.

Já a liberação de recursos do Eximbank japonês para outros três projetos — modernização dos trens de Fortaleza, construção de termelétricas da CESP e importações de equipamentos japoneses — está condicionada a um acerto do Brasil com o FMI, pois se trata da principal exigência do Fundo Nakasone.

No início das negociações com Tóquio, em julho do ano passado, quando esteve na capital japonesa o ministro Mailson da Nóbrega, os japoneses insistiam em somente liberar recursos se o Brasil firmasse um compromisso com o FMI. De julho até março deste ano, depois de uma série de negociações que levaram à aprovação de um pacote de projetos no valor de US\$ 1,4 bilhão, houve uma evolução na posição japonesa que passou a concordar em assinar um acordo com o Brasil somente no âmbito da OECF, para liberar recursos de US\$ 500 milhões.

“A OECF flexibilizou suas exigências”, comenta Amaral. O fundo de cooperação japonês concede recursos em condições vantajosas para os tomadores, como o governo brasileiro, que será o avalista dos empréstimos.

Brasil e Japão continuarão a conversar sobre os recursos do Eximbank na viagem que fará a Tóquio, entre os dias 21 e 23 deste mês, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty. O ministro da Fazenda cancelou sua visita ao Japão.

Com seu colega Takakazu Kuriyama, Flecha de Lima tratará de assuntos econômicos, mas principalmente políticos, pois o Brasil quer “uma politização maior do diálogo com o Japão”, comentou o embaixador, acrescentando que as relações bilaterais já são muito densas no plano econômico. “Queremos captar a percepção japonesa sobre a conjuntura internacional, pois o Japão é membro do grupo dos sete e é um país cada vez mais presente no cenário internacional.